

Articulando gênero e política: a proposta do coletivo de mulheres negras Anastácia Bantu

Entrevista com Carolina Câmara Pires¹, Luciana Fernanda Luz² e Marianna B. Lopes Gonçalves³, realizada por Eder Fernandes Monica⁴

Em 2015, foi criado na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense o coletivo Anastácia Bantu, com o objetivo de reunir pessoas interessadas em debater o pensamento de mulheres negras. Atualmente é um grupo de articulação política e de fortalecimento das estratégias de ação do movimento negro dentro da Faculdade de Direito, com ações efetivas na graduação e pós-graduação. Por ter realizado tais ações em tão pouco tempo e com grande eficiência, tornou-se referência na cidade de Niterói e na região do Rio de Janeiro como grupo de mulheres negras, agindo ao mesmo tempo como grupo de debate teórico e célula de articulação de ações enquanto movimento social. Nascido dentro do Grupo de Pesquisa Sexualidade,

1 Mestra e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Anastácia Bantu. Membro do Grupo de Pesquisa Sexualidade, Direito e Democracia.

2 Graduada em Direito pela Universidade Federal Fluminense e membro do Projeto de Pesquisa Anastácia Bantu.

3 Graduada em Direito pela Universidade Federal Fluminense e membro do Projeto de Pesquisa Anastácia Bantu.

4 Professor adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense e professor dos programas de pós-graduação de Sociologia e Direito e de Justiça Administrativa. Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina e doutorado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense.

Direito e Democracia e protagonizado por mulheres negras, tem articulado ações políticas a partir de questões raciais e de gênero, com a preocupação principal de promover o pensamento negro e o acesso igualitário ao espaço jurídico universitário. O coletivo foi organizador do primeiro evento sobre Direito e Racismo na Faculdade de Direito, um dos eventos com maior número de participantes na história da Faculdade e com a maior presença de pessoas negras em um evento jurídico da Instituição. O professor Eder Fernandes entrevistou Carolina Câmara Pires e Luciana Fernanda Luz, membros do Anastácia. A entrevista segue abaixo.

Eder Fernandes Monica: Como foi o processo de criação do coletivo Anastácia Bantu?

Carolina Câmara Pires: O Coletivo Anastácia Bantu surge como um projeto de pesquisa dentro do Grupo de Pesquisa Sexualidade, Direito e Democracia, com o intuito de trazer as discussões sobre raça e gênero, ainda escassas dentro da faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. O objetivo do projeto é refletir sobre o ativismo antirracista e efetivação de direitos do povo negro a partir do pensamento das intelectuais da diáspora negra. Inicialmente, o grupo participante era formado somente por mulheres negras, em sua maioria da graduação em Direito. Posteriormente, chegaram mais alunas da pós-graduação e um aluno da graduação. Eu, enquanto estudante do mestrado em Sociologia e Direito, ao chegar no programa, identifiquei a ausência de disciplinas que tratassem sobre o racismo e a discriminação de gênero. Influenciada pelo I Seminário Internacional sobre o Pensamento das Mulheres Negras da Diáspora Africana, que aconteceu em dezembro 2014, em Salvador-BA, elaborei uma proposta de projeto de pesquisa que fosse norteado a partir do pensamento das mulheres negras. Apresentei a ideia para as estudantes da graduação em Direito, que concordaram e colaboraram nessa construção e assim formamos nosso grupo de estudos. O Anastácia Bantu se tornou muito mais que um projeto de pesquisa. Ele é um espaço para troca de afeto e desenvolvimento da resistência contra o racismo, dentro e fora da Academia.

Eder: O que representa o fato de sua composição ser quase exclusivamente de mulheres negras?

Carolina: Representa a necessidade de evidenciar o silenciamento e invisibilidade impostos às mulheres negras. Nós produzimos pesquisas interessantes e inovadoras, que questionam o status hegemônico, o padrão eurocêntrico. O pensamento das mulheres negras é constantemente invisibilizado e desprezado pela academia e, portanto, reunir mulheres negras dentro desse ambiente é uma maneira de tornar visível nossas potências múltiplas e fortalecer o combate ao racismo institucional dentro da Universidade.

Luciana Fernanda Luz: Para além da força simbólica, primeiro, diz muito sobre a urgência de espaços como esse ansiados por mulheres negras que queiram pesquisar sobre intelectuais negras; segundo, denuncia a ausência de outros espaços como esse, cenário que é mais um produto da história do gênero e da raça no âmbito da pesquisa.

Marianna B. Lopes Gonçalves: Dentro de um espaço majoritariamente branco compor um coletivo organizado entorno do pensamento teórico de mulheres negras é resistir, é discutir nossa afetividade, sexualidade e pensamento crítico em um não lugar, no qual a academia tenta nos enquadrar, ou seja, é afirmar a nossa existência e vivências dentro da Universidade.

Eder: Em que medida esse protagonismo feminino pode ser visto como novidade perante outros movimentos sociais?

Carolina: As mulheres negras sempre estiveram presentes no processo de luta por emancipação e efetivação de direitos da comunidade negra. Para nós não é novidade alguma. Acredito que os movimentos sociais encarem como novidade porque o racismo atrelado a discriminação de gênero não os permite enxergar ou mesmo admitir essa atuação. Nesses últimos anos temos utilizado frequentemente as mídias e redes sociais em geral para denunciar violências e expor nossos posicionamentos, gerando debates e problematizando questões que eram naturalizadas.

Luciana: Na medida em que não se conhece outros movimentos, sobretudo na pesquisa em Direito com a mesma proposta. Há uma di-

ficuldade em dialogar com outros movimentos sociais acerca da perspectiva intelectual das mulheres negras, no que tange a análises de conjuntura e aceitação das proposições de respostas. Os movimentos sociais em maioria são gestados por homens brancos ou mulheres brancas que não abrem mão da última palavra. E, para mim, muitas vezes trazem respostas viciadas, mas também não abrem espaço para outras possibilidades.

Marianna: As mulheres negras sempre foram as pontas de lança na luta por direitos, sejam nas conquistas abolicionistas, quilombolas, territoriais e epistemológicas. Dandara dos Palmares, líder quilombola. Luiza Mahin, líder abolicionista. Maria Egipcíaca, primeira pessoa negra a escrever um livro. Maria Carolina de Jesus, Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, intelectuais negras. O protagonismo feminino pode parecer novidade, no entanto o que realmente evidenciamos é um apagamento dos nossos conhecimentos, lutas e conquistas.

Eder: Como ocorre a junção das categorias raça, sexualidade, gênero e classe nas questões do grupo?

Luciana: Em princípio, por meio das múltiplas identidades que noss@s membr@s representam e trazem para a discussão. E então, a partir de leitura crítica de vários textos sobre todas essas questões.

Carolina: A partir da própria constituição do grupo. Somos um coletivo majoritariamente composto por mulheres negras, com identidades, religiões, locais de pertencimento e orientação sexual diversas. Portanto, nossas próprias experiências se transformam em elementos de investigação para pensarmos novas estratégias de combate às opressões que enfrentamos cotidianamente.

Marianna: A formação da nossa coletividade já evidencia o quão plural são as mulheres negras. Através das nossas vivências absorvemos de maneira distinta a bibliografia que lemos e nos utilizamos do escambo de ideias para destacar os pontos de vistas.

Eder: Qual a importância do estudo de autoras negras como instrumento teórico para as ações do coletivo?

Luciana: Além da representatividade, essas autoras apresentam produção teórica muitas vezes reconhecida na Europa e nos Estados

Unidos, (locais de referência para os acadêmicos, mas normalmente só de homens brancos) além das clássicas brasileiras, mas desconhecida pela maioria no Brasil. Elas nos consolidam em direção a uma luta pelos direitos humanos que considere de fato as múltiplas identidades, principalmente centrando das pessoas negras, negligenciadas, trazendo no cerne de suas reflexões, profundas críticas ao que está posto como verdade, e mais ainda, também o que está posto como alternativa.

Carolina: Poderia falar durante horas sobre o quanto é importante para nós, mulheres negras nascidas no Brasil, mergulhar no pensamento das mulheres negras da diáspora e continente africanos. Não apenas pelo fortalecimento subjetivo, por meio da elevação da nossa autoestima e autoconfiança dentro e fora da Universidade, mas também pela quebra da hegemonia do pensamento e discurso eurocêntrico-patriarcal. Nossas vozes e intelectualidades foram e continuam sendo negadas e invisibilizadas. O símbolo da Anastácia, esta mulher negra escravizada que foi amordaçada com o objetivo de silenciar a rebeldia contra a hegemonia branca, não foi escolhido à toa para representar nosso coletivo. Esse espírito de rebeldia contra as opressões racistas habita entre nós. Não estamos dispostas a negociar as lutas da comunidade negra e assim seguimos denunciando cada situação de racismo identificada dentro do espaço acadêmico.

Marianna: Todas as vezes que explico para pessoas não-negras, ou negros que não estão na academia sobre a proposta do Anastácia, a pergunta/afirmação é a mesma: “São poucas as mulheres negras que escrevem temas que se relacionem com o Direito, não é?”. Sendo assim, fica explícito a necessidade de estudarmos as autoras negras, o pensamento das mulheres diaspóricas influencia diretamente da nossa autoestima, autoconfiança e na construção de um pensamento descolonizado.

Carolina: Inclusive dentro das produções intelectuais negras, temos um universo ainda bastante masculino no que se refere aos marcos teóricos. Quando lemos o artigo da bell hooks “Intelectuais Negras”, pudemos compreender a dinâmica dessa invisibilidade. Os intelectuais negros têm uma capilaridade maior, são referenciados por mulhe-

res negras em seus trabalhos, mas o fato é que o inverso raramente ocorre. São poucos os intelectuais negros que se referenciam pelas intelectuais negras. Por isso, decidimos estudar a partir do pensamento das mulheres negras. Esse exercício é necessário para sair do campo da invisibilidade, mostrando que somos pesquisadoras, intelectuais e ativistas incríveis, e, também evidenciar a diversidade dos temas e abordagens, além da excelência acadêmica. Não posso deixar de mencionar aqui o grupo de estudos “Intelectuais Negras”, coordenado pela Prof. Dra. Giovana Xavier, da UFRJ, pioneiro nesta geração a promover o pensamento das intelectuais negras. Iniciativas como o Anastácia Bantu e o Intelectuais Negras colocam em xeque a estrutura hegemônica do espaço acadêmico ao evidenciar questões de raça, gênero, classe, sexualidade, etc., e referenciar suas pesquisas e atuações pelo pensamento das mulheres negras.

Eder: Qual a relação que é feita entre as teorias estudadas e as ações políticas executadas?

Carolina: As reflexões trazidas pelas intelectuais negras nos fazem pensar de maneira profunda, ampliam nossos horizontes nos debates e, desta maneira, nos orientam a destruir práticas racistas enraizadas e naturalizadas dentro do espaço universitário. Lélia González, Beatriz Nascimento, Neusa Santos, Kimberle Crenshaw, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, Angela Davis, Keisha Khan-Perry, Luciane Rocha, Thula Pires, Jurema Werneck, dentre tantas outras intelectuais, nos conduzem por meio das suas teorias a exercitar a irmandade e solidariedade entre nós e ao mesmo tempo ao enfrentamento a toda estrutura racista e sexista que nos oprime.

Luciana: Muitas vezes, as ações partem das leituras. São experiências relatadas ou reflexões teóricas muito poderosas que ou nos despertam ou nos fortalecem teoricamente para a luta política, no sentido de possibilitarem densas análises sobre as pessoas, sobre o poder e sobre conjuntura política.

Marianna: A partir do pensamento teórico que embasamos as ações políticas, nos fortalecemos e compreendemos a dinâmica do racismo. Durante esses dois anos em que o Anastácia está ativo é ní-

tido o quanto o debate racial se tornou latente na Universidade, desde a Graduação a Pós-Graduação.

Carolina: Houve uma situação bastante interessante durante a organização do I Seminário Direito e Racismo, no ano passado, que acho importante partilhar nesta entrevista. Decidimos que apenas juristas, intelectuais e ativistas negros e negras fariam parte dos painéis e teriam fala durante o evento, justamente para trazer visibilidade às nossas referências, constantemente silenciadas pela Academia. Já dizia Audre Lorde que “as ferramentas do mestre (de escravizados) não vão destruir a casa grande”. Nesse contexto, uma de nós foi abordada por um homem branco, de grande influência e que se diz aliado do movimento negro, para oferecer sua participação no evento. Ela agradeceu pelo interesse e informou de maneira bastante polida que apenas pessoas negras teriam destaque nos painéis. O “aliado” em questão não soube lidar com a notícia, ficou aborrecido e disse que estávamos perpetuando racismo reverso. É interessante perceber, como o privilégio branco não permite que os próprios “aliados” compreendam a importância de nós falarmos por nós mesm@s. Definitivamente, a autonomia do povo negro para construir nosso processo de liberação é algo que incomoda bastante, até mesmo os “aliados”. Por outro lado, conseguimos reunir em um só painel mulheres negras com atuação destacada na esfera jurídica: a primeira desembargadora negra do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a Dra. Ivone Caetano, a juíza federal do Tribunal Regional Federal a Dra. Adriana Cruz e a defensora pública Lívia Cásseres, do Núcleo de Combate à Discriminação Racial (NUCORA) e Diversidade Sexual (NUDIVERSIS), da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. E esse processo de construção da nossa autonomia é marcadamente fomentado pelo pensamento das mulheres negras.

Eder: Qual a relação do coletivo com outros grupos do movimento negro dentro da Universidade e fora dela?

Luciana: Fundamentalmente, o que lemos e discutimos no coletivo vai para outros espaços, como por exemplo, a luta por ações afirmativas em programas de pós-graduação: diversas referências puderam ser utilizadas para construir propostas; além de diversas outras ativi-

dades e lutas que aconteceram e estão acontecendo, possibilitando a todos os alunos, professores e técnicos um conhecimento mais amplo e diverso ao inserir o pensamento das autoras estudadas.

Carolina: Nós fazemos parte do Coletivo de Estudantes Negros da UFF (CENUFF), que é o coletivo que abarca todos os outros coletivos negros da Universidade. Estamos sempre em diálogo com os coletivos de outras universidades, como por exemplo o Nuvem Negra (PUC-Rio) e Carolina Maria de Jesus (UFRJ). Quando realizamos o I Seminário Direito e Racismo da Faculdade de Direito da UFF, tivemos a oportunidade de receber alunos e alunas de vários coletivos universitários negros, inclusive secundaristas, interessados em discutir e refletir sobre os temas colocados no evento. Além disso, participamos individualmente de vários espaços do Movimento Negro, principalmente ligados a cultura e educação, como o Renascença Clube, Coletivo Justiça Negra, Instituto Black Bom, espaços esses que estão sempre abertos às nossas demandas.

Marianna: Como individualmente compomos outros espaços dialogamos com outros coletivos e intervimos diretamente os rumos desses outros movimentos.

Carolina: Não posso deixar de mencionar o Coletivo Quilombo, formado a partir da seleção do edital 2017, o qual inseriu ações afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD – UFF). Passamos por um momento bastante conturbado, pois o edital foi questionado judicialmente, mesmo após ter sido debatido durante quatro meses e aprovado em reunião de colegiado. Foi muito interessante perceber como as ações afirmativas foram utilizadas por aqueles que não concordavam com a sua implementação para atacar alun@s e professor@s que se colocam politicamente a favor dos debates silenciados: racismo, discriminação de gênero, sexualidade, dentre outros. O Coletivo Quilombo surge inicialmente para unir forças e lutar a favor da implementação das ações afirmativas e manutenção deste edital que aprovou 29 estudantes negr@s e 1 indígena (dentro e fora da reserva de vagas) no âmbito das 86 vagas disponibilizadas no processo seletivo. Esse coletivo é composto por estudantes negros e negras de mestrado e doutorado de vários estados do Brasil e está se

construindo como mais uma frente de combate ao racismo institucional presente na Universidade.

Eder: Qual o impacto da existência do coletivo para o ensino jurídico da UFF e de outras instituições?

Carolina: Pedagógico! Tem sido bem interessante perceber o quanto a comunidade acadêmica não está preparada para receber e conviver com alunos e alunas negros. Muitos professores e administradores não sabem lidar com a nossa autonomia e com o fato de sermos os protagonistas da nossa própria história. Eles ficam extremamente incomodados com a nossa altivez, o nosso domínio sobre os temas raciais, as denúncias de práticas racistas naturalizadas. Não viemos para o espaço acadêmico para dar continuidade ao mito da democracia racial, para fazer pacto de mediocridade e nos subjugar ao *modus operandi* da hegemonia branca. Estamos aqui para falar por nós mesmas, construir métodos de pesquisa que não nos use como objetos, que represente nossas lutas de maneira digna. Portanto, a presença do Anastácia Bantu e de outros coletivos negros fortalecem o combate à violência gerada pelas microagressões raciais no dia-a-dia do *campus*. Especificamente no Direito, temos questionado o papel da estrutura jurídica na perpetuação do racismo e da discriminação de gênero na sociedade e apontamos que esse modelo jurídico proposto, desde sua origem, nunca nos representou. Assim, exigimos a manutenção das conquistas pautadas por aqueles e aquelas que nos antecederam e, por fim, lançamo-nos em novos desafios para alcançar de fato paridade de direitos.

Luciana: A possibilidade de uma discussão mais ampla e mais franca sobre o Direito, que parta de diferentes impulsos de reflexão com cada vez mais força, à medida que cresce e se multiplica, encorajando outras mulheres negras a falarem sobre Direito, sem repetir o que já está posto por muitos homens brancos. No momento em que passamos a muitas mulheres escrevendo, ficará impossível ao sistema acatar nossas reflexões também como solução.

Marianna: Primeiramente o debate se tornou mais amplo dentro da Universidade, pelo menos nas palestras que são ministradas. Den-

tro de sala de aula minimamente temos uma abertura para fazermos o recorte racial e no espaço de representação estudantil temos uma grande atuação.

Eder: **Que mensagem final vocês gostariam de deixar enquanto mulheres negras à frente desse processo de luta?**

Luciana: Que se fortaleçam umas nas outras e principalmente na produção intelectual de mulheres negras, que, para além de enriquecerem nosso aporte teórico, ajudam a manter nossa sanidade mental, pois preenche lacunas e cura feridas.

Marianna: “Companheira me ajuda, que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor!”

Cuidado, união, escuta e força à todas que virão.

Carolina: Desejo a todas as Anastácias, Dandaras e Candaces do nosso tempo que permaneçam firmes na luta, mas não se deixem consumir pelo ódio direcionado a nós. O autocuidado é uma das maiores formas de resistência, segundo Angela Davis. Precisamos manter nossa saúde mental com qualidade, pois muitas de nós fomos afetadas por essa guerra contra o racismo de maneira irreversível. Precisamos cultivar amor, irmandade e solidariedade, criar espaços de acolhimento onde possamos partilhar nossas experiências e, assim, construir novas alternativas de resistência. Todo o meu amor, orgulho e respeito a cada uma de vocês!